

Cargo: P01 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 3 - ARTES**Disciplina: LEGISLAÇÃO BÁSICA EM EDUCAÇÃO**

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
12	1,2,3,4 e 5	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº. 9394/1996, em seu artigo 4º, é dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: 1. educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade;2. educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; 3. acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; 4. oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; 5. oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades.</p> <p>Apenas o item que afirma “vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 3 (três) anos de idade.” está INCORRETO, haja vista que a lei prevê vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
15	I e II	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que:</p> <p>I. fornece recursos para todas as etapas da Educação Básica – desde creches, Pré-escola, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio até a Educação de Jovens e Adultos. CORRETO - O Fundo tem por objetivo aumentar e distribuir melhor</p>	INDEFERIDO	-

		<p>os recursos da Educação Básica em todo país, tendo como base o número de alunos matriculados, com vistas ao atendimento e melhoria do ensino ofertado. Fornece recursos para todas as etapas da educação básica (MANUAL DE ORIENTAÇÕES FUNDEB, 2008, p.7).</p> <p>II. Cada estado distribui os recursos de seu próprio fundo, de acordo com o número de estudantes que estão matriculados em sua rede de Educação Básica. CORRETO - Cada estado e o Distrito Federal têm um fundo que funciona praticamente como uma conta bancária. Os recursos dos municípios e dos estados são depositados nessas contas. Então, todo o dinheiro é somado e a União inclui sua verba. Esse total é redistribuído conforme as necessidades de cada estado. Essa distribuição é feita de acordo com o número de alunos da Educação Básica Pública. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2011).</p> <p>III. Todas as etapas do ensino devem receber o mesmo valor por aluno. INCORRETO - Cada estado e o Distrito Federal têm um fundo que funciona praticamente como uma conta bancária. Os recursos dos municípios e dos estados são depositados nessas contas. Então, todo o dinheiro é somado e a União inclui sua verba. Esse total é redistribuído conforme as necessidades de cada estado. Essa distribuição é feita de acordo com o número de alunos da Educação Básica Pública. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2011).</p> <p>Cabe afirmar, com veemência, que a formulação da questão contempla as informações necessárias para sua resolução.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
16	uma das características da teoria de resposta ao	Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, sob a égide do INEP, que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Sobre a	INDEFERIDO	-

	<p>item (TRI), metodologia aplicada pelo Inep na correção do Enem e outras avaliações, é não existir um zero absoluto, ainda que os candidatos tenham entregue a prova completamente em branco.</p>	<p>metodologia usada para correção. é correto afirmar que uma das características da teoria de resposta ao item (TRI), metodologia aplicada pelo Inep na correção do Enem e outras avaliações, é não existir um zero absoluto, ainda que os candidatos tenham entregue a prova completamente em branco.</p> <p>A cada edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), os valores dos índices mínimo e máximo de desempenho por disciplina se alteram e são divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep).; o Inep divulga as maiores e menores notas obtidas pela totalidade dos participantes / No caso da Redação, cada corretor atribuirá uma nota entre 0 (zero) e 200 (duzentos) pontos para cada uma das cinco competências.</p> <p>Cabe lembrar que as alternativas contemplam os critérios divulgados e defendidos pelo INEP.</p> <p>A teoria da resposta ao item (TRI), metodologia de avaliação usada pelo Ministério da Educação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), não contabiliza apenas o número total de acertos no teste. De acordo com o método, o item é a unidade básica de análise. O desempenho em um teste pode ser explicado pela habilidade do avaliado e pelas características das questões (itens).</p> <p>Outra característica da TRI é não ter um limite inferior ou superior padrão entre as áreas de conhecimento. Isso significa que as proficiências dos participantes não variam entre zero e mil. Os valores máximos e mínimos de cada prova dependerão das características dos itens selecionados. NO ENEM, SOMENTE A PROVA DE REDAÇÃO TEM ESSES VALORES PRÉ-ESTABELECIDOS, UMA VEZ QUE A CORREÇÃO NÃO É FEITA COM BASE NA TRI, conhecimento fundamental para a resolução da questão.</p> <p>Cabe dizer, ainda, que na correção das provas de redação para candidatos surdos ou com deficiência auditiva, são adotados os mesmos mecanismos de avaliação, coerentes com o aprendizado da Língua Portuguesa COMO SEGUNDA LÍNGUA.</p> <p>Urge, também, lembrar que o STF (Superior Tribunal Federal) decidiu e o MEC (Ministério da Educação) acatou: o candidato que desrespeitar os direitos humanos na redação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) 2017 não vai levar zero automaticamente. No entanto, pode perder até 200</p>		
--	---	--	--	--

		pontos na prova. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.		
--	--	--	--	--

Cargo: P03 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 3 - EDUCAÇÃO FÍSICA

Disciplina: LEGISLAÇÃO BÁSICA EM EDUCAÇÃO

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
13	nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, seja obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, no início de 2003, após debates em âmbito nacional, houve alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação com a sanção da conhecida lei 10.639, determinando que, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, seja obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.</p> <p>Cabe lembrar que que a LEI 10.639 está prevista em Edital em virtude de, em sua essência, NÃO ter sido alterada pela 11.645, ou seja, na LEI 11.645, NÃO há qualquer alteração no teor da lei 10.639, no que se refere ao ensino da História e Cultura Afro-Brasileira.</p> <p>Retomemo-las:</p> <p>O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p>Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:</p> <p><u>"Art. 26-A.</u> Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.</p> <p>§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.</p> <p>§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.</p> <p>§ 3º (VETADO)"</p> <p><u>"Art. 79-A.</u> (VETADO)"</p> <p>"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de</p>	INDEFERIDO	-

		<p>novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."</p> <p>Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.</p> <p>O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p>Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.</p> <p>§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.</p> <p>§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras." (NR)</p> <p>CONSTATA-SE, portanto, NÃO haver no conteúdo teórico qualquer modificação. As alterações são apenas de cunho estético-semânticas.</p> <p>Cabe dizer, também, que o "Art. 79-B. afirma que "O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'.". NÃO fica a cargo de cada estabelecimento a inclusão do Dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. É lei e, portanto, deve ser cumprida.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
15	I e II	Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que:	INDEFERIDO	-

		<p>I. fornece recursos para todas as etapas da Educação Básica – desde creches, Pré-escola, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio até a Educação de Jovens e Adultos. CORRETO - O Fundo tem por objetivo aumentar e distribuir melhor os recursos da Educação Básica em todo país, tendo como base o número de alunos matriculados, com vistas ao atendimento e melhoria do ensino ofertado. Fornece recursos para todas as etapas da educação básica (MANUAL DE ORIENTAÇÕES FUNDEB, 2008, p.7).</p> <p>II. Cada estado distribui os recursos de seu próprio fundo, de acordo com o número de estudantes que estão matriculados em sua rede de Educação Básica. CORRETO - Cada estado e o Distrito Federal têm um fundo que funciona praticamente como uma conta bancária. Os recursos dos municípios e dos estados são depositados nessas contas. Então, todo o dinheiro é somado e a União inclui sua verba. Esse total é redistribuído conforme as necessidades de cada estado. Essa distribuição é feita de acordo com o número de alunos da Educação Básica Pública. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2011).</p> <p>III. Todas as etapas do ensino devem receber o mesmo valor por aluno. INCORRETO - Cada estado e o Distrito Federal têm um fundo que funciona praticamente como uma conta bancária. Os recursos dos municípios e dos estados são depositados nessas contas. Então, todo o dinheiro é somado e a União inclui sua verba. Esse total é redistribuído conforme as necessidades de cada estado. Essa distribuição é feita de acordo com o número de alunos da Educação Básica Pública. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2011).</p> <p>Cabe afirmar, com veemência, que a formulação da questão contempla as informações necessárias para sua resolução.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na</p>		
--	--	---	--	--

		questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.		
17	consideração sobre a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural.	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente, que a supressão da letra L em “cultura” NÃO compromete seu aspecto semântico e tampouco os conceitos e definições implicados na questão.</p> <p>Quanto à questão propriamente dita, é correto afirmar que a escola de qualidade social adota como centralidade o diálogo, a colaboração, os sujeitos e as aprendizagens, o que pressupõe, sem dúvida, atendimento a requisitos tais como (a expressão <i>tais como</i> já impõe uma seleção entre aspectos gerais, pois é restritiva.) essa expressão consideração sobre a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural.</p> <p>A escola de qualidade social adota como centralidade o diálogo, a colaboração, os sujeitos e as aprendizagens, o que pressupõe, sem dúvida, atendimento a requisitos tais como: revisão das referências conceituais quanto aos diferentes espaços e tempos educativos, abrangendo espaços sociais na escola e fora dela/ foco no projeto político-pedagógico, no gosto pela aprendizagem, e na avaliação das aprendizagens como instrumento de contínua progressão dos estudantes/ valorização dos profissionais da educação, com programa de formação continuada, critérios de acesso, permanência/ compatibilidade entre a proposta curricular e a infraestrutura, entendida como espaço formativo dotado de efetiva disponibilidade de tempos para a sua utilização e acessibilidade.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação da questão com o previsto em edital ou em sua elaboração, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
19	1,3 e 4	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, e tendo como base o teor do artigo 27 da LDB, os conteúdos curriculares da Educação Básica observarão, entre outras, as seguintes diretrizes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. CORRETO 2. promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas formais. INCORRETO - 	INDEFERIDO	-

		<p>promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas NÃO FORMAIS.</p> <p>3. consideração das condições de escolaridade dos estudantes em cada estabelecimento. CORRETO -</p> <p>4. orientação para o trabalho. CORRETO</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
20	I e III	<p>Em resposta ao recurso interposto temos a dizer que, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 50 somente poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos desta Lei quando:</p> <p>I. se tratar de pedido de adoção unilateral. CORRETO</p> <p>II. for formulada por parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos distantes de afinidade e afetividade. INCORRETO - for formulada por parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade. (a palavra <i>distante</i> invalida a afirmação)</p> <p>III. oriundo o pedido de quem detém a tutela ou guarda legal de criança maior de 3 (três) anos ou adolescente, desde que o lapso de tempo de convivência comprove a fixação de laços de afinidade e afetividade. CORRETO</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-

Cargo: P04 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 3 - FILOSOFIA**Disciplina: LEGISLAÇÃO BÁSICA EM EDUCAÇÃO**

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
14	avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que A Prova Brasil é uma avaliação para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) tem como objetivo avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.</p> <p>As alternativas: selecionar alunos através da valorização da experiência extraescolar, garantindo o padrão de qualidade; definir políticas públicas que proporcionem manter a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; garantir o respeito à liberdade de aprender e o apreço à tolerância; divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, mantendo o pluralismo de ideias e o pluralismo pedagógico NÃO se referem à prova Brasil, referem-se ao Art. 3º da lei 9394, Princípios e Fins da Educação Nacional.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
16	uma das características da teoria de resposta ao item (TRI), metodologia aplicada pelo Inep na correção do Enem e outras avaliações, é não existir um zero absoluto, ainda que os candidatos tenham entregue	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, sob a égide do INEP, que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Sobre a metodologia usada para correção, é correto afirmar que uma das características da teoria de resposta ao item (TRI), metodologia aplicada pelo Inep na correção do Enem e outras avaliações, é não existir um zero absoluto, ainda que os candidatos tenham entregue a prova completamente em branco.</p> <p>A cada edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), os valores dos índices mínimo e máximo de desempenho por disciplina se alteram e são divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep).; o Inep divulga as maiores e</p>	INDEFERIDO	-

	<p>a prova completamente em branco.</p>	<p>menores notas obtidas pela totalidade dos participantes/ No caso da Redação, cada corretor atribuirá uma nota entre 0 (zero) e 200 (duzentos) pontos para cada uma das cinco competências. Cabe lembrar que as alternativas contemplam os critérios divulgados e defendidos pelo INEP. A teoria da resposta ao item (TRI), metodologia de avaliação usada pelo Ministério da Educação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), não contabiliza apenas o número total de acertos no teste. De acordo com o método, o item é a unidade básica de análise. O desempenho em um teste pode ser explicado pela habilidade do avaliado e pelas características das questões (itens). Outra característica da TRI é não ter um limite inferior ou superior padrão entre as áreas de conhecimento. Isso significa que as proficiências dos participantes não variam entre zero e mil. Os valores máximos e mínimos de cada prova dependerão das características dos itens selecionados. NO ENEM, SOMENTE A PROVA DE REDAÇÃO TEM ESSES VALORES PRÉ-ESTABELECIDOS, UMA VEZ QUE A CORREÇÃO NÃO É FEITA COM BASE NA TRI, conhecimento fundamental para a resolução da questão. Cabe dizer, ainda, que na correção das provas de redação para candidatos surdos ou com deficiência auditiva, são adotados os mesmos mecanismos de avaliação, coerentes com o aprendizado da Língua Portuguesa COMO SEGUNDA LÍNGUA. Urge, também, lembrar que o STF (Superior Tribunal Federal) decidiu e o MEC (Ministério da Educação) acatou: o candidato que desrespeitar os direitos humanos na redação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) 2017 não vai levar zero automaticamente. No entanto, pode perder até 200 pontos na prova. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
17	<p>consideração sobre a inclusão, a valorização das diferenças e o</p>	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente, que a supressão da letra L em “cultura” NÃO compromete seu aspecto semântico e tampouco os conceitos e definições implicados na questão.</p>	INDEFERIDO	-

	<p>atendimento à pluralidade e à diversidade cultural.</p>	<p>Quanto à questão propriamente dita, é correto afirmar que a escola de qualidade social adota como centralidade o diálogo, a colaboração, os sujeitos e as aprendizagens, o que pressupõe, sem dúvida, atendimento a requisitos tais como (a expressão <i>tais como</i> já impõe uma seleção entre aspectos gerais, pois é restritiva.) essa expressão consideração sobre a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural.</p> <p>A escola de qualidade social adota como centralidade o diálogo, a colaboração, os sujeitos e as aprendizagens, o que pressupõe, sem dúvida, atendimento a requisitos tais como: revisão das referências conceituais quanto aos diferentes espaços e tempos educativos, abrangendo espaços sociais na escola e fora dela/ foco no projeto político-pedagógico, no gosto pela aprendizagem, e na avaliação das aprendizagens como instrumento de contínua progressão dos estudantes/ valorização dos profissionais da educação, com programa de formação continuada, critérios de acesso, permanência/ compatibilidade entre a proposta curricular e a infraestrutura, entendida como espaço formativo dotado de efetiva disponibilidade de tempos para a sua utilização e acessibilidade.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação da questão com o previsto em edital ou em sua elaboração, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
--	--	--	--	--

Cargo: P09 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 3 - LÍNGUA PORTUGUESA**Disciplina: LEGISLAÇÃO BÁSICA EM EDUCAÇÃO**

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
11	fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações.	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer sobre o texto que, de acordo com o Inep, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações.</p> <p>Ele é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
12	1,2,3,4 e 5	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº. 9394/1996, em seu artigo 4º, é dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: 1. educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade; 2. educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; 3. acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; 4. oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; 5. oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades.</p> <p>Apenas o item que afirma “vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 3 (três) anos de idade.” está INCORRETO, haja vista que a lei prevê vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental</p>	INDEFERIDO	-

		<p>mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
13	<p>nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, seja obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.</p>	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, no início de 2003, após debates em âmbito nacional, houve alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação com a sanção da conhecida lei 10.639, determinando que, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, seja obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.</p> <p>Cabe lembrar que que a LEI 10.639 está prevista em Edital em virtude de, em sua essência, NÃO ter sido alterada pela 11.645, ou seja, na LEI 11.645, NÃO há qualquer alteração no teor da lei 10.639, no que se refere ao ensino da História e Cultura Afro-Brasileira.</p> <p>Retomemo-las:</p> <p>O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p>Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:</p> <p>"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.</p> <p>§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.</p> <p>§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.</p> <p>§ 3º (VETADO)"</p> <p>"Art. 79-A. (VETADO)"</p> <p>"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."</p> <p>Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>	INDEFERIDO	-

		<p>Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.</p> <p>O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p>Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.</p> <p>§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.</p> <p>§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)</p> <p>CONSTATA-SE, portanto, NÃO haver no conteúdo teórico qualquer modificação. As alterações são apenas de cunho estético-semânticas.</p> <p>Cabe dizer, também, que o "Art. 79-B. afirma que “O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.". NÃO fica a cargo de cada estabelecimento a inclusão do Dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’. É lei e, portanto, deve ser cumprida.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
15	I e II	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que:</p> <p>I. fornece recursos para todas as etapas da Educação Básica – desde creches, Pré-escola, Educação</p>	INDEFERIDO	-

Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio até a Educação de Jovens e Adultos. CORRETO - O Fundo tem por objetivo aumentar e distribuir melhor os recursos da Educação Básica em todo país, tendo como base o número de alunos matriculados, com vistas ao atendimento e melhoria do ensino ofertado. Fornece recursos para todas as etapas da educação básica (MANUAL DE ORIENTAÇÕES FUNDEB, 2008, p.7).

II. Cada estado distribui os recursos de seu próprio fundo, de acordo com o número de estudantes que estão matriculados em sua rede de Educação Básica. CORRETO - Cada estado e o Distrito Federal têm um fundo que funciona praticamente como uma conta bancária. Os recursos dos municípios e dos estados são depositados nessas contas. Então, todo o dinheiro é somado e a União inclui sua verba. Esse total é redistribuído conforme as necessidades de cada estado. Essa distribuição é feita de acordo com o número de alunos da Educação Básica Pública. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2011).

III. Todas as etapas do ensino devem receber o mesmo valor por aluno. INCORRETO - Cada estado e o Distrito Federal têm um fundo que funciona praticamente como uma conta bancária. Os recursos dos municípios e dos estados são depositados nessas contas. Então, todo o dinheiro é somado e a União inclui sua verba. Esse total é redistribuído conforme as necessidades de cada estado. Essa distribuição é feita de acordo com o número de alunos da Educação Básica Pública. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2011).

Cabe afirmar, com veemência, que a formulação da questão contempla as informações necessárias para sua resolução.

Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.

16	<p>uma das características da teoria de resposta ao item (TRI), metodologia aplicada pelo Inep na correção do Enem e outras avaliações, é não existir um zero absoluto, ainda que os candidatos tenham entregue a prova completamente em branco.</p>	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, sob a égide do INEP, que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Sobre a metodologia usada para correção, é correto afirmar que uma das características da teoria de resposta ao item (TRI), metodologia aplicada pelo Inep na correção do Enem e outras avaliações, é não existir um zero absoluto, ainda que os candidatos tenham entregue a prova completamente em branco.</p> <p>A cada edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), os valores dos índices mínimo e máximo de desempenho por disciplina se alteram e são divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep).; o Inep divulga as maiores e menores notas obtidas pela totalidade dos participantes / No caso da Redação, cada corretor atribuirá uma nota entre 0 (zero) e 200 (duzentos) pontos para cada uma das cinco competências.</p> <p>Cabe lembrar que as alternativas contemplam os critérios divulgados e defendidos pelo INEP.</p> <p>A teoria da resposta ao item (TRI), metodologia de avaliação usada pelo Ministério da Educação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), não contabiliza apenas o número total de acertos no teste. De acordo com o método, o item é a unidade básica de análise. O desempenho em um teste pode ser explicado pela habilidade do avaliado e pelas características das questões (itens).</p> <p>Outra característica da TRI é não ter um limite inferior ou superior padrão entre as áreas de conhecimento. Isso significa que as proficiências dos participantes não variam entre zero e mil. Os valores máximos e mínimos de cada prova dependerão das características dos itens selecionados. NO ENEM, SOMENTE A PROVA DE REDAÇÃO TEM ESSES VALORES PRÉ-ESTABELECIDOS, UMA VEZ QUE A CORREÇÃO NÃO É FEITA COM BASE NA TRI, conhecimento fundamental para a resolução da questão.</p> <p>Cabe dizer, ainda, que na correção das provas de redação para candidatos surdos ou com deficiência auditiva, são adotados os mesmos mecanismos de avaliação, coerentes com o aprendizado da Língua Portuguesa COMO SEGUNDA LÍNGUA.</p>	INDEFERIDO	
----	--	--	------------	--

		<p>Urge, também, lembrar que o STF (Superior Tribunal Federal) decidiu e o MEC (Ministério da Educação) acatou: o candidato que desrespeitar os direitos humanos na redação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) 2017 não vai levar zero automaticamente. No entanto, pode perder até 200 pontos na prova.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
17	consideração sobre a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural.	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente, que a supressão da letra L em “cultura” NÃO compromete seu aspecto semântico e tampouco os conceitos e definições implicados na questão.</p> <p>Quanto à questão propriamente dita, é correto afirmar que a escola de qualidade social adota como centralidade o diálogo, a colaboração, os sujeitos e as aprendizagens, o que pressupõe, sem dúvida, atendimento a requisitos tais como (a expressão <i>tais como</i> já impõe uma seleção entre aspectos gerais, pois é restritiva.) essa expressão consideração sobre a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural.</p> <p>A escola de qualidade social adota como centralidade o diálogo, a colaboração, os sujeitos e as aprendizagens, o que pressupõe, sem dúvida, atendimento a requisitos tais como: revisão das referências conceituais quanto aos diferentes espaços e tempos educativos, abrangendo espaços sociais na escola e fora dela/ foco no projeto político-pedagógico, no gosto pela aprendizagem, e na avaliação das aprendizagens como instrumento de contínua progressão dos estudantes/ valorização dos profissionais da educação, com programa de formação continuada, critérios de acesso, permanência/ compatibilidade entre a proposta curricular e a infraestrutura, entendida como espaço formativo dotado de efetiva disponibilidade de tempos para a sua utilização e acessibilidade.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação da questão com o previsto em edital ou em sua elaboração, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
19	1,3 e 4	Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais	INDEFERIDO	-

		<p>para o Ensino Médio, e tendo como base o teor do artigo 27 da LDB, os conteúdos curriculares da Educação Básica observarão, entre outras, as seguintes diretrizes:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. CORRETO 2. promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas formais. INCORRETO - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas NÃO FORMAIS. 3. consideração das condições de escolaridade dos estudantes em cada estabelecimento. CORRETO - 4. orientação para o trabalho. CORRETO <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
20	I e III	<p>Em resposta ao recurso interposto temos a dizer que, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 50 somente poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos desta Lei quando:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. se tratar de pedido de adoção unilateral. CORRETO II. for formulada por parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos distantes de afinidade e afetividade. INCORRETO - for formulada por parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade. (a palavra <i>distante</i> invalida a afirmação) III. oriundo o pedido de quem detém a tutela ou guarda legal de criança maior de 3 (três) anos ou adolescente, desde que o lapso de tempo de convivência comprove a fixação de laços de afinidade e afetividade. CORRETO <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-

Cargo: P10 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 3 - MATEMÁTICA**Disciplina: LEGISLAÇÃO BÁSICA EM EDUCAÇÃO**

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
12	1,2,3,4 e 5	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº. 9394/1996, em seu artigo 4º, é dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: 1. educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade;2. educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; 3. acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; 4. oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; 5. oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades.</p> <p>Apenas o item que afirma “vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 3 (três) anos de idade.” está INCORRETO, haja vista que a lei prevê vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
13	nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, seja obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, no início de 2003, após debates em âmbito nacional, houve alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação com a sanção da conhecida lei 10.639, determinando que, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, seja obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.</p> <p>Cabe lembrar que que a LEI 10.639 está prevista em Edital em virtude de, em sua essência, NÃO ter sido alterada pela 11.645, ou seja, na LEI 11.645, NÃO há qualquer alteração no teor da lei 10.639, no que se</p>	INDEFERIDO	-

		<p>refere ao ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. Retomemo-las:</p> <p>O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p>Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:</p> <p><u>"Art. 26-A.</u> Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.</p> <p>§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.</p> <p>§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.</p> <p>§ 3º (VETADO)"</p> <p><u>"Art. 79-A.</u> (VETADO)"</p> <p>"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."</p> <p>Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.</p> <p>O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p>Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.</p> <p>§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e</p>		
--	--	--	--	--

		<p>indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.</p> <p>§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)</p> <p>CONSTATA-SE, portanto, NÃO haver no conteúdo teórico qualquer modificação. As alterações são apenas de cunho estético-semânticas.</p> <p>Cabe dizer, também, que o "Art. 79-B. afirma que “O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.". NÃO fica a cargo de cada estabelecimento a inclusão do Dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’. É lei e, portanto, deve ser cumprida.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
15	I e II	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que:</p> <p>I. fornece recursos para todas as etapas da Educação Básica – desde creches, Pré-escola, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio até a Educação de Jovens e Adultos. CORRETO - O Fundo tem por objetivo aumentar e distribuir melhor os recursos da Educação Básica em todo país, tendo como base o número de alunos matriculados, com vistas ao atendimento e melhoria do ensino ofertado.</p> <p>Fornecer recursos para todas as etapas da educação básica (MANUAL DE ORIENTAÇÕES FUNDEB, 2008, p.7).</p> <p>II. Cada estado distribui os recursos de seu próprio fundo, de acordo com o número de estudantes que estão matriculados em sua rede de Educação</p>	INDEFERIDO	-

		<p>Básica. CORRETO - Cada estado e o Distrito Federal têm um fundo que funciona praticamente como uma conta bancária. Os recursos dos municípios e dos estados são depositados nessas contas. Então, todo o dinheiro é somado e a União inclui sua verba. Esse total é redistribuído conforme as necessidades de cada estado. Essa distribuição é feita de acordo com o número de alunos da Educação Básica Pública. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2011).</p> <p>III. Todas as etapas do ensino devem receber o mesmo valor por aluno. INCORRETO - Cada estado e o Distrito Federal têm um fundo que funciona praticamente como uma conta bancária. Os recursos dos municípios e dos estados são depositados nessas contas. Então, todo o dinheiro é somado e a União inclui sua verba. Esse total é redistribuído conforme as necessidades de cada estado. Essa distribuição é feita de acordo com o número de alunos da Educação Básica Pública. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2011).</p> <p>Cabe afirmar, com veemência, que a formulação da questão contempla as informações necessárias para sua resolução.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
16	<p>uma das características da teoria de resposta ao item (TRI), metodologia aplicada pelo Inep na correção do Enem e outras avaliações, é não existir um zero absoluto, ainda que os candidatos tenham entregue a prova completamente</p>	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, sob a égide do INEP, que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Sobre a metodologia usada para correção, é correto afirmar que uma das características da teoria de resposta ao item (TRI), metodologia aplicada pelo Inep na correção do Enem e outras avaliações, é não existir um zero absoluto, ainda que os candidatos tenham entregue a prova completamente em branco.</p> <p>A cada edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), os valores dos índices mínimo e máximo de desempenho por disciplina se alteram e são divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep).; o Inep divulga as maiores e menores notas obtidas pela totalidade dos participantes / No caso da Redação, cada corretor atribuirá uma nota entre 0 (zero) e 200 (duzentos) pontos para cada uma das cinco</p>	INDEFERIDO	-

	em branco.	<p>competências.</p> <p>Cabe lembrar que as alternativas contemplam os critérios divulgados e defendidos pelo INEP.</p> <p>A teoria da resposta ao item (TRI), metodologia de avaliação usada pelo Ministério da Educação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), não contabiliza apenas o número total de acertos no teste. De acordo com o método, o item é a unidade básica de análise. O desempenho em um teste pode ser explicado pela habilidade do avaliado e pelas características das questões (itens).</p> <p>Outra característica da TRI é não ter um limite inferior ou superior padrão entre as áreas de conhecimento. Isso significa que as proficiências dos participantes não variam entre zero e mil. Os valores máximos e mínimos de cada prova dependerão das características dos itens selecionados. NO ENEM, SOMENTE A PROVA DE REDAÇÃO TEM ESSES VALORES PRÉ-ESTABELECIDOS, UMA VEZ QUE A CORREÇÃO NÃO É FEITA COM BASE NA TRI, conhecimento fundamental para a resolução da questão.</p> <p>Cabe dizer, ainda, que na correção das provas de redação para candidatos surdos ou com deficiência auditiva, são adotados os mesmos mecanismos de avaliação, coerentes com o aprendizado da Língua Portuguesa COMO SEGUNDA LÍNGUA.</p> <p>Urge, também, lembrar que o STF (Superior Tribunal Federal) decidiu e o MEC (Ministério da Educação) acatou: o candidato que desrespeitar os direitos humanos na redação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) 2017 não vai levar zero automaticamente. No entanto, pode perder até 200 pontos na prova.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
17	consideração sobre a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente, que a supressão da letra L em “cultura” NÃO compromete seu aspecto semântico e tampouco os conceitos e definições implicados na questão.</p> <p>Quanto à questão propriamente dita, é correto afirmar que a escola de qualidade social adota como centralidade o diálogo, a colaboração, os sujeitos e as aprendizagens, o que pressupõe, sem dúvida, atendimento a requisitos tais como (a expressão <i>tais</i></p>	INDEFERIDO	-

	cultural.	<p>como já impõe uma seleção entre aspectos gerais, pois é restritiva.) essa expressão consideração sobre a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural.</p> <p>A escola de qualidade social adota como centralidade o diálogo, a colaboração, os sujeitos e as aprendizagens, o que pressupõe, sem dúvida, atendimento a requisitos tais como: revisão das referências conceituais quanto aos diferentes espaços e tempos educativos, abrangendo espaços sociais na escola e fora dela/ foco no projeto político-pedagógico, no gosto pela aprendizagem, e na avaliação das aprendizagens como instrumento de contínua progressão dos estudantes/ valorização dos profissionais da educação, com programa de formação continuada, critérios de acesso, permanência/ compatibilidade entre a proposta curricular e a infraestrutura, entendida como espaço formativo dotado de efetiva disponibilidade de tempos para a sua utilização e acessibilidade.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação da questão com o previsto em edital ou em sua elaboração, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
18	ambiente institucional com organização adequada à proposta pedagógica.	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que a formação inicial e continuada de profissionais para a Educação de Jovens e Adultos terá como referência as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental e para o ensino médio e as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores, apoiada em ambiente institucional com organização adequada à proposta pedagógica.</p> <ul style="list-style-type: none"> • investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer soluções teoricamente fundamentadas sem necessidade de contextualização. INCORRETO - investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente CONTEXTUALIZADAS. • desenvolvimento de práticas educativas alicerçadas, predominantemente, na teoria. INCORRETO - desenvolvimento de práticas educativas que CORRELACIONEM TEORIA E PRÁTICA. • utilização de métodos e técnicas que 	INDEFERIDO	-

		<p>contemplem códigos e linguagens determinados por diretrizes específicas. INCORRETO - utilização de métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens APROPRIADOS ÀS SITUAÇÕES específicas de aprendizagem.</p> <ul style="list-style-type: none"> • explicitação de componentes curriculares como demonstração de destreza e iniciativa, principalmente na definição curricular. INCORRETO – refere-se aos exames supletivos, para efeito de certificado formal de conclusão do ensino fundamental, quando autorizados e reconhecidos pelos respectivos sistemas de ensino. <p>Cabe lembrar o que está no Art. 17 – A formação inicial e continuada de profissionais para a Educação de Jovens e Adultos terá como referência as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental e para o ensino médio e as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores, apoiada em: I – ambiente institucional com organização adequada à proposta pedagógica; II – investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas; III – desenvolvimento de práticas educativas que correlacionem teoria e prática; IV – utilização de métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriados às situações específicas de aprendizagem.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
20	I e III	<p>Em resposta ao recurso interposto temos a dizer que, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 50 somente poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos desta Lei quando:</p> <ol style="list-style-type: none"> se tratar de pedido de adoção unilateral. CORRETO for formulada por parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos distantes de afinidade e afetividade. INCORRETO - for formulada por parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade. (a palavra <i>distante</i> invalida a afirmação) 	INDEFERIDO	-

		<p>III. oriundo o pedido de quem detém a tutela ou guarda legal de criança maior de 3 (três) anos ou adolescente, desde que o lapso de tempo de convivência comprove a fixação de laços de afinidade e afetividade. CORRETO</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
--	--	---	--	--

Cargo: P12 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 3 - SOCIOLOGIA

Disciplina: LEGISLAÇÃO BÁSICA EM EDUCAÇÃO

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
15	I e II	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que:</p> <p>I. fornece recursos para todas as etapas da Educação Básica – desde creches, Pré-escola, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio até a Educação de Jovens e Adultos. CORRETO - O Fundo tem por objetivo aumentar e distribuir melhor os recursos da Educação Básica em todo país, tendo como base o número de alunos matriculados, com vistas ao atendimento e melhoria do ensino ofertado. Fornece recursos para todas as etapas da educação básica (MANUAL DE ORIENTAÇÕES FUNDEB, 2008, p.7).</p> <p>II. Cada estado distribui os recursos de seu próprio fundo, de acordo com o número de estudantes que estão matriculados em sua rede de Educação Básica. CORRETO - Cada estado e o Distrito Federal têm um fundo que funciona praticamente como uma conta bancária. Os recursos dos municípios e dos estados são depositados nessas contas. Então, todo o dinheiro é somado e a União inclui sua verba. Esse total é redistribuído conforme as necessidades de cada estado. Essa distribuição é feita de acordo com o número de alunos da Educação Básica Pública. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2011).</p> <p>III. Todas as etapas do ensino devem receber o mesmo valor por aluno. INCORRETO - Cada estado e o</p>	INDEFERIDO	-

		<p>Distrito Federal têm um fundo que funciona praticamente como uma conta bancária. Os recursos dos municípios e dos estados são depositados nessas contas. Então, todo o dinheiro é somado e a União inclui sua verba. Esse total é redistribuído conforme as necessidades de cada estado. Essa distribuição é feita de acordo com o número de alunos da Educação Básica Pública. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2011).</p> <p>Cabe afirmar, com veemência, que a formulação da questão contempla as informações necessárias para sua resolução.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
16	<p>uma das características da teoria de resposta ao item (TRI), metodologia aplicada pelo Inep na correção do Enem e outras avaliações, é não existir um zero absoluto, ainda que os candidatos tenham entregue a prova completamente em branco.</p>	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, sob a égide do INEP, que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Sobre a metodologia usada para correção, é correto afirmar que uma das características da teoria de resposta ao item (TRI), metodologia aplicada pelo Inep na correção do Enem e outras avaliações, é não existir um zero absoluto, ainda que os candidatos tenham entregue a prova completamente em branco.</p> <p>A cada edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), os valores dos índices mínimo e máximo de desempenho por disciplina se alteram e são divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep); o Inep divulga as maiores e menores notas obtidas pela totalidade dos participantes / No caso da Redação, cada corretor atribuirá uma nota entre 0 (zero) e 200 (duzentos) pontos para cada uma das cinco competências.</p> <p>Cabe lembrar que as alternativas contemplam os critérios divulgados e defendidos pelo INEP.</p> <p>A teoria da resposta ao item (TRI), metodologia de avaliação usada pelo Ministério da Educação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), não contabiliza apenas o número total de acertos no teste. De acordo com o método, o item é a unidade básica de análise. O desempenho em um teste pode ser explicado pela habilidade do avaliado e pelas características das questões (itens).</p> <p>Outra característica da TRI é não ter um limite inferior</p>	INDEFERIDO	-

		<p>ou superior padrão entre as áreas de conhecimento. Isso significa que as proficiências dos participantes não variam entre zero e mil. Os valores máximos e mínimos de cada prova dependerão das características dos itens selecionados. NO ENEM, SOMENTE A PROVA DE REDAÇÃO TEM ESSES VALORES PRÉ-ESTABELECIDOS, UMA VEZ QUE A CORREÇÃO NÃO É FEITA COM BASE NA TRI, conhecimento fundamental para a resolução da questão.</p> <p>Cabe dizer, ainda, que na correção das provas de redação para candidatos surdos ou com deficiência auditiva, são adotados os mesmos mecanismos de avaliação, coerentes com o aprendizado da Língua Portuguesa COMO SEGUNDA LÍNGUA.</p> <p>Urge, também, lembrar que o STF (Superior Tribunal Federal) decidiu e o MEC (Ministério da Educação) acatou: o candidato que desrespeitar os direitos humanos na redação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) 2017 não vai levar zero automaticamente. No entanto, pode perder até 200 pontos na prova.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
17	consideração sobre a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural.	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente, que a supressão da letra L em “cultura” NÃO compromete seu aspecto semântico e tampouco os conceitos e definições implicados na questão.</p> <p>Quanto à questão propriamente dita, é correto afirmar que a escola de qualidade social adota como centralidade o diálogo, a colaboração, os sujeitos e as aprendizagens, o que pressupõe, sem dúvida, atendimento a requisitos tais como (a expressão <i>tais como</i> já impõe uma seleção entre aspectos gerais, pois é restritiva.) essa expressão consideração sobre a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural.</p> <p>A escola de qualidade social adota como centralidade o diálogo, a colaboração, os sujeitos e as aprendizagens, o que pressupõe, sem dúvida, atendimento a requisitos tais como: revisão das referências conceituais quanto aos diferentes espaços e tempos educativos, abrangendo espaços sociais na escola e fora dela/ foco no projeto político-pedagógico, no gosto pela aprendizagem, e na avaliação das aprendizagens como</p>	INDEFERIDO	-

		<p>instrumento de contínua progressão dos estudantes/ valorização dos profissionais da educação, com programa de formação continuada, critérios de acesso, permanência/ compatibilidade entre a proposta curricular e a infraestrutura, entendida como espaço formativo dotado de efetiva disponibilidade de tempos para a sua utilização e acessibilidade.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação da questão com o previsto em edital ou em sua elaboração, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
--	--	---	--	--